

**Intervenção do Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional, Paulo Lourenço, na
evocação dos 30 anos da DGPDN.**

Sessão online, 11 de fevereiro de 2021

O facto de a iniciativa de assinalar 3 décadas ter partido de alguns dos colegas mais veteranos da DGPDN diz porventura mais sobre a sua natureza do que aquilo que tenciono, neste convívio virtual, partilhar com todos os que generosa e amavelmente nos dão o privilégio da sua presença.

Permitam-me ainda assim que, por instantes, vos proponha uma visita guiada a uma instituição que, desde a sua criação, desempenha um papel discreto, mas insubstituível na história do Ministério da Defesa Nacional e da política de defesa da República.

A DGPDN tem tido a felicidade de poder contar, ao longo de mais de trinta anos, com dirigentes, funcionários/as e colaboradores/as, civis e militares, apaixonados ao serviço da causa pública e à natureza, eu diria singular, do trabalho que aqui se produz e que pode ser surpreendentemente variado:

- conceptual - ao fazer *policy-planning*,
- político-estratégico - no planeamento e aconselhamento,
- político-militar - na diplomacia de defesa
- ou até executivo - quando faz a gestão diária das assessorias militares nos PALOP e Timor-Leste, incluindo a dimensão administrativa, financeira e jurídica que acompanha.

Mas até aqueles reconheceriam que, sendo a DGPDN, desde a sua origem, o principal órgão de assessoria do MDN na formulação e execução da política de defesa nacional e um elo indispensável na engenharia de processos de decisão no planeamento estratégico, relacionamento externo e cooperação técnico-militar de defesa - as suas funções permanecem ainda relativamente pouco conhecidas, mesmo

quando vistas a partir do universo da defesa nacional ou da comunidade de think tanks, especialistas ou académicos que segue com mais curiosidade a atividade do Estado nesta área.

E, contudo, a história do MDN – que é pouco mais antiga – ficaria incompleta sem contar a história da DGPDN.

Foi ela que trilhou o caminho para que, à medida que a democracia se consolidava, o país se abria ao mundo e a sua integração europeia tomava forma, a Defesa Nacional pudesse também ela se internacionalizar, oferecendo à política externa do Estado um ativo valioso de cooperação e de diálogo, erguido sobre a excelência secular da cultura militar portuguesa, e contribuindo para definição de um papel pós-imperial das Forças Armadas.

A DGPDN nasce sob o signo da mudança, tanto no país, quanto na Europa e no mundo - e nasce para responder a essa mudança. Talvez por isso a sua funcionalidade para se adaptar

às transformações internas e externas ao país seja a sua marca de água.

Foi com o seu advento que se iniciaram e estabeleceram, até hoje, os cânones de uma política de cooperação técnico-militar de Estado para Estado com os PALOP e, mais tarde, com Timor Leste, essencial para conferir maturidade ao relacionamento bilateral, ao nível mais íntimo da soberania, com efeitos reconhecidos na qualidade de uma relação ocasionalmente propensa, de lado a lado, a equívocos ou melindres. Estimam-se em mais de 5500 os militares já destacados, ao longo destes mais de trinta anos, nestas assessorias militares.

Foi a DGPDN que ajudou a preparar o terreno, no princípio dos anos 90, para a decisão histórica do país regressar ao teatro

de operações africano, em Moçambique e Angola no âmbito das primeiras missões das Nações Unidas e, também, a um teatro de operações europeu, pela primeira vez desde a I GG, com um contingente nacional naquela que seria a primeira de muitas FNDs em missões de manutenção da paz.

Desde Moçambique e Bósnia até hoje, o país já empenhou mais de 45.000 homens e mulheres em operações de paz (FND), confiando a esta Direção Geral a análise, planeamento e acompanhamento, no que de resto é um reconhecimento da imagem de credibilidade e prestígio que as nossas FFAA – parceiras essenciais desta DG no seu trabalho – hoje desfrutam.

Ligada a ela por laços umbilicais, a política externa nacional oferece como sempre sinalização e balizamento, marcada que

é, e por boas razões, pela continuidade, estabilidade e adaptabilidade.

De certa forma, a política de defesa nacional dispôs, no início do seu percurso, de pouco tempo para ganhar forma, quer porque tivesse de criar o seu próprio espaço, quer porque as mudanças fossem mais bruscas e estruturais, quer ainda porque tivesse tido que desenvolver uma matriz e programação de relacionamentos externos praticamente de origem, em coerência com a ação externa do Estado e as nossas mais-valias militares.

A verdade é que, ao longo de mais de trinta anos, as atribuições da DGPDN foram crescendo. Das suas tarefas de fabricação, coordenação, execução da PDN, a DGPDN foi sendo convocada para assumir outras responsabilidades, quer

decorrentes da carta de missão atribuída aos seus dirigentes, e do papel, por vezes ignorado, de assegurar nas entrelinhas a coerência global da PDN, cobrindo os ângulos cegos resultantes do hiato com que, nos anos oitenta, o MDN largou, em face das dinâmicas já em curso no sistema internacional.

E o ritmo destas transformações acelerou nos últimos 5-6 anos, colocando-nos hoje diante de novos desafios, com implicações não despiciendas nas áreas de esforço e na organização da DGPDN.

Permitam-me que enuncie rapidamente algumas.

Em primeiro lugar, os pressupostos tradicionais de uma política de defesa cujo ADN é por definição cooperativo,

multilateral e assente numa mecânica estável de alianças e parcerias - estão hoje sob elevada tensão, mercê da degradação dum sistema baseado em normas e valores, da reemergência da competição de grandes potências ou do aparecimento de organizações e formatos novos. Os domínios operacionais ciber e espacial - hoje uma realidade institucional e orçamental – o alargamento do espectro de ameaças (como as híbridas, a desinformação ou as EDTs) ou os temas sistémicos como a resiliência e a cooperação civil-militar que deixaram a condição de nicho e tornaram-se, nos últimos anos, mainstream, nomeadamente na NATO, UE ou NU - onde podemos contar com o apoio diligente das nossas representações diplomáticas e militares.

Embora as notícias da morte do sistema ocidental possam ter sido, para usar a famosa expressão do Mark Twain,

manifestamente exageradas, é importante entender o impacto desta aceleração na arquitetura e esforço da Defesa Nacional, não só para antecipar riscos, mas sobretudo para potenciar oportunidades.

A redução da presença nacional no Afeganistão, por exemplo, completando um ciclo de quase 20 anos, e o aumento correlativo da nossa pegada operacional no Sahel – resulta de um processo de reflexão e decisão política que dificilmente poderia ser qualificado como de mudança ligeira no planeamento das FNDs.

Por isso, o grande desafio hoje é calibrar a PD. E para exercer o seu papel de bússola, a DGPDN não pode abdicar de ser um barómetro.

Em segundo lugar, a Europa da Defesa. Longe dos debates, por vezes semânticos, por vezes ideológicos, sobre autonomia estratégica, para um país de iguais convicções atlantistas e europeístas e um sistema único de forças como é Portugal – é essencial acompanhar de forma ativa e desassombrada a verdadeira constelação de defesa que, com consequências profundas, se está ali a formar. Esta nova realidade da PCSD, em relação à qual o próprio MDN e as FFAA estão ainda a aprender a tirar partido, não se esgota nos 5 anos da CEP que este ano vamos celebrar, nem nas oportunidades de financiamento que o FEDEF abre às indústrias de defesa e ao SCN, nem no já importante lastro de missões e operações europeias, especialmente em África, ou das estruturas de Comando que aos poucos ganham nervo e músculo em Bruxelas.

Não por acaso, esta é a primeira Presidência Portuguesa do Conselho da UE com uma sólida componente de Defesa.

E as implicações não são apenas para o alinhamento dos ciclos de planeamento militar. São também para a nossa geometria de alianças e parcerias dentro da UE, recordando que, por mais contraintuitivo que possa ser, Portugal pode ter mais afinidades de abordagem, em matéria de projetos PESCO ou na cooperação industrial de defesa, com países do Norte da Europa do que do Sul. Vamos ter por isso de calibrar a nossa matriz de relacionamentos bilaterais de defesa dentro e fora da UE.

Por outro lado, fica patente que esta especialização aconselhará, a breve trecho, a criação na DGPDN de uma unidade dedicada aos assuntos europeus de defesa.

Em terceiro lugar, a internacionalização da economia de defesa. A BTID é tão estratégica para a defesa nacional, quanto o que representa de valor, competitividade, inovação e criação de emprego para o país. Numa altura em que se assiste a uma reorganização das participações do Estado no parque empresarial de defesa por meio de uma nova holding e o FEDef oferece oportunidades para parcerias, colaborações, consórcios europeus, a DN terá de ser mais pró-ativa na sua diplomacia económica, cabendo à DGPDN um papel vetorial no seu reconhecimento, planeamento e bilateralização.

Em quarto lugar, a experiência acumulada da cooperação técnico-militar (agora, CDD) merece ser otimizada a partir do valioso acervo, construído ao longo das três últimas décadas - para o que muito contribuiu aliás o seu primeiro DG, General Gonçalves Ribeiro, que aqui saúdo de forma especial. A CDD mantém em média mais de 60 assessores militares por ano nos PALOP e Timor Leste, reforçadas de resto em breve para corresponder às necessidades de um dos nossos principais parceiros, Moçambique.

Julgo que podemos aproveitar a nossa preciosa cooperação no domínio da defesa, quer triangulando com outras organizações, como a UE, no sentido de dar amplitude à nossa presença no terreno, monetizando, se se quiser, o nosso “know-how” (como sucede com o projeto inédito SWAIMS, com o envolvimento da Marinha, do Instituto Camões, da

CEDEAO e da UE), quer aproveitando o papel desta rede noutras missões no serviço da defesa.

Em quinto lugar, a complexidade de ameaças e oportunidades para um país como nosso, que assenta a sua segurança numa malha cooperativa, multilateral e bilateral de alianças e filiações, exige hoje, mais do que nunca, uma coordenação estreita com as Forças Armadas e as restantes instituições do Estado, em especial o MNE, mas também outros Ministérios, como o MAI - de modo a rentabilizar os respetivos recursos para a segurança e defesa do país, combinando de forma mais eficiente os ativos militares e não militares projetáveis de que o Estado português dispõe. Podemos fazer melhor com o mesmo.

Por fim, mas não menos importante: as pessoas. É sobre elas que as instituições vingam e prosperam. Para que a DGPDN continue, como até aqui, a contribuir para a DN e para o País, tem de saber atrair e reter talento, tem de criar escol, fixando um corpo tão estável e permanente quanto possível de peritos e especialistas, civis e militares.

Numa nota mais pessoal, não posso deixar aliás de me interrogar sobre se, em algum momento, já foi reconhecido à DGPDN o papel pioneiro e laboratorial na integração de civis e militares no MDN.

Senhor Ministro,

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Uma palavra final muito sincera para agradecer aos que, em razão das suas responsabilidades políticas ou funções atuais ou anteriores, conviveram e interagiram com esta Direção-Geral, dando-nos a subida honra de fazer desta Open House virtual uma casa cheia, associando-se às várias iniciativas destinadas a assinalar 3 décadas de serviço público.

Não poderia ainda deixar de testemunhar publicamente, em meu nome e dos meus ilustres antecessores, o reconhecimento sentido pelo contributo de cada um/a dos/as que por aqui passaram, desde a sua criação, prestando tributo à resistência, espírito de sacrifício e adaptação evidenciados desde o início desta pandemia que, aliás, a DGPDN, bem fiel ao seu carácter, não deixou imediatamente de converter em matéria-prima do seu trabalho.

Parabéns, DGPDN!

Parabéns, Ministério da Defesa Nacional!

Muito obrigado.